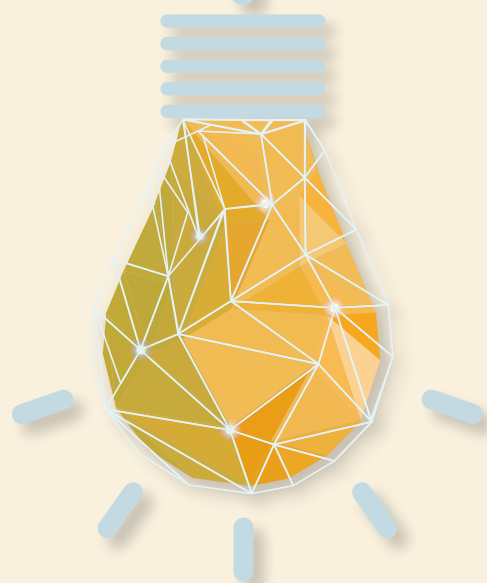


# INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

## Surdez

Gisele Oliveira da Silva Paiva  
Laralis Nules de Sousa Oliveira



# APRESENTAÇÃO

## Ensinando a inclusão

As cartilhas que compõem esta coleção destinam-se a formar uma consciência mais do que a ensinar procedimentos pedagógicos. O projeto “Desenvolvimento e validação de material instrucional para a orientação de docentes do ensino superior nos processos de ensino a alunos com necessidades educacionais especiais” é disso uma boa comprovação. Claro, este é o seu objetivo mais imediato: facilitar rotinas pedagógicas na tarefa de incluir no todo da UFRN pessoas com necessidades especiais de aprendizados.

Coordenado pela professora Izabel Hazin, do Departamento de Psicologia, dele se poderia dizer que suas cartilhas se destinam a ensinar a ensinar. Porém, dizendo que elas pretendem formar consciência, quero ressaltar que ajudarão a consolidar uma política de inclusão que tem revelado resultados absolutamente animadores em nossa instituição.

Não tenho qualquer dúvida de que o seu lançamento – e a importância pedagógica que contém – vem ao encontro de marcantes realizações no contexto dos 60 anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, significando, afinal, um fruto concreto da política mencionada.

O esforço de que resultam é merecedor do nosso aplauso e do reconhecimento de todos. E não tenho dúvida de que a sua utilização tornará mais eficazes as rotinas pedagógicas no campo da inclusão, justificando a avaliação positiva que temos merecido nesta área.

Que venham outros materiais dessa mesma natureza no futuro. E que a política de inclusão aqui desenvolvida acolha mais e mais estudantes que, por serem pessoas com necessidades educacionais especiais, injustificada e irresponsavelmente eram mantidos à margem do estudo superior à falta de uma política efetiva e dos meios efetivos para praticá-la.

**Profa. Dra. Ângela Maria Paiva Cruz**

Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

## Prefácio

A trajetória da inclusão em ambientes regulares de ensino constituiu-se enquanto realidade brasileira já na década de 1990. A partir desta data, Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes foram promulgadas. Tal conjunto de documentos oficiais busca garantir a igualdade, a equidade e o respeito à diversidade, sendo estes pilares centrais de uma perspectiva inclusiva.

Porém, tal movimento esteve em seus primórdios basicamente circunscrito à educação básica, apenas adentrando no âmbito das universidades nos últimos anos. A reivindicação das pessoas com necessidades especiais pelo direito de ingressar, permanecer e finalizar o seu curso é hoje uma realidade para o ensino superior brasileiro.

A construção de uma universidade inclusiva exige uma revisão de conceitos e preconceitos, exige um reinventar dos espaços de aprendizagem. Trata-se de processo cuja pactuação precisa ser coletiva e constante. Para tanto, o primeiro passo na garantia deste direito é o conhecimento, é o reconhecimento da diferença, é o enfrentamento de suas idiosincrasias. A compreensão das diferentes necessidades especiais previstas em Lei é condição *sine qua non* para que gestores, professores, técnicos e estudantes participem da construção de rotas de aprendizagem e desenvolvimento diferentes daquelas denominadas típicas.

Buscando contribuir com este cenário complexo, o conjunto de cartilhas ora ofertado à comunidade universitária é produto de Edital da PROGRAD-UFRN, cujo objetivo foi a melhoria da qualidade de ensino no âmbito dos cursos de graduação. Idealizado pelo Laboratório de Pesquisa e Extensão em Neuropsicologia (LAPEN-UFRN) e pela Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENE-UFRN), resultado da parceria de professores, pesquisadores e técnicos, oriundos de diferentes Departamentos da UFRN, este produto coletivo, tecido a muitas mãos, se apresenta como ferramenta de empoderamento do professor em sala de aula, auxiliando-o, durante o exercício do seu ofício, na tarefa nobre e cotidiana de lidar com a diversidade, em todas as suas nuances.

As cartilhas contemplam os domínios da Deficiência Visual, Surdez, Altas Habilidades, Transtorno do Espectro do Autismo, Transtornos de Aprendizagem, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade e Saúde Mental. A estrutura de cada volume traz informações conceituais, dados legais, orientações didático-pedagógicas e links úteis.

Por fim, reflete-se acerca dos embates envolvidos no processo de diagnóstico. Apontado por muitos como rotulação, despersonalização e estigmatização, defende-se aqui que o grande desafio não está no diagnóstico em si, mas no uso que uma cultura faz dele. A defesa da diversidade de formas de existências qualitativamente diferentes, independentemente dos nomes que recebem, não passa necessariamente por transformar o humano numa vivência homogênea, mas sim, no reconhecimento de formas de ser e estar no mundo, formas de aprender e se desenvolver que seguem caminhos diversos.

Compreender o funcionamento idiossincrático destas formas de experiência é essencial para darmos os primeiros passos na direção de uma universidade verdadeiramente inclusiva, pois não se inclui negando a diferença, se inclui ofertando espaços de aprendizagem que garantam a equidade.

Em tempos de ameaça à universidade pública, gratuita e de excelência para todos, este conjunto de cartilhas reafirma o nosso papel e compromisso com a ciência e com a sociedade. Fica o convite à leitura, ao enfrentamento e à transformação dos espaços universitários, garantindo plenamente, no chão da sala de aula, o direito garantido no papel aos estudantes. Direito que precisa ganhar corpo para poder dar asas àqueles que experienciam voos cujas rotas são distintas daquelas costumeiramente observadas.

**Profa. Dra. Izabel Hazin**

Professora do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRN)  
Coordenadora Geral do Projeto

# **SOBRE AS AUTORAS**

## **Gisele Oliveira da Silva Paiva**

Mestre em Educação e docente  
do curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da UFRN.

## **Laralis Nunes de Sousa Oliveira**

Mestre em Estudos da Linguagem  
e docente do curso de Letras Libras/Língua Portuguesa.

## INFORMAÇÕES CONCEITUAIS

Bisol (2010) aponta que dois grandes modelos sobre a surdez podem ser facilmente reconhecidos por professores, pesquisadores e pelos próprios surdos, pois a literatura da área se dedicou amplamente, nos últimos anos, a demarcar as diferenças entre a perspectiva clínico-terapêutica (para a qual a noção de deficiência é central) e a concepção socioantropológica de surdez (baseada na noção de diferença). Nesta cartilha corroboramos com a concepção socioantropológica da surdez, ou seja, atentamo-nos à presença de uma língua, de uma cultura e de uma identidade pertencentes a esta comunidade. Demarcamos nossa fala sobre o surdo pelo viés da diferença linguística, ou seja, reconhecemos que esse sujeito, mesmo sendo nascido no Brasil, fala uma língua diferente da língua portuguesa, em gramática e modalidade.

A partir dessa discussão, ousamos dizer que ser surdo é representar-se pela experiência visual e não pela ausência de algo, pelo contrário, pela presença; presença esta demarcada pela Língua de Sinais como elemento constituinte da subjetividade desse sujeito, conforme apontam Skliar (1998), Perlin (1998), Quadros, (2000), Sá (2006), dentre outros.

### O aluno surdo e o ensino superior

Até bem pouco tempo, a universidade era um sonho muito distante aos surdos. Na realidade, foi somente nos últimos anos que se alcançou um aumento relevante na quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior, chegando à margem de 933,6% entre 2000 e 2010, de acordo com o MEC (BRASIL, 2015). Assim, o número de estudantes com deficiência passou de 2.173 no começo do período para 20.287 em 2010, estando 6.884 na rede pública e 13.403 na particular. Sobre as instituições de ensino superior que atendem alunos com deficiência, esse número mais que duplicou, ao passar de 1.180 no fim do século passado para 2.378 em 2010.

Paiva (2017) afirma que nesse cenário em que os alunos surdos começam a chegar ao ensino superior evidencia-se a educação inclusiva como um direito inquestionável e incondicional. Dados como os supracitados, apresentados pelo ministério da Educação,

vêm corroborando com essa realidade já presenciada no interior das instituições de ensino superior. É perceptível que o número de estudantes surdos que ingressam no ensino superior no Brasil vem crescendo nos últimos anos, o que confirma o movimento social e educacional em direção à construção de uma sociedade inclusiva.

## Libras: que língua é essa?

Libras ou Língua Brasileira de Sinais é a língua dos surdos brasileiros, assim como o português é a língua do ouvinte nascido no Brasil. A Libras pode ser usada para representar e desempenhar qualquer função da linguagem, seja ela poética, política, informativa, entre outras.

Assim como as línguas orais, em que o canal emissor da comunicação é a voz, resultando na fala, e o canal receptor da comunicação são os ouvidos, envolvendo a audição, as línguas de sinais têm como canal emissor da comunicação as mãos, utilizando sinais, e como canal receptor da comunicação os olhos, envolvendo a visão. Podemos encontrar nas línguas de sinais os aspectos fonéticos, fonológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Ainda conversando sobre a Libras, apresentaremos abaixo um quadro contendo mitos e verdades a respeito desta língua:

<b>MITO 1</b>	A língua de sinais seria uma mistura de pantomima e gesticulação concreta, incapaz de expressar conceitos abstratos (QUADROS; KARNOPP, 2004).	Ao contrário dessa afirmação, os estudos demonstram que as línguas de sinais podem sim expressar pensamentos abstratos. Portanto, a língua de sinais apresenta todos os aspectos linguísticos para ser considerada um instrumento de comunicação, de poder e de força (CHAVEIRO [et al.], 2019).
<b>MITO 2</b>	Haveria uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas (QUADROS; KARNOPP, 2004).	Quadros e Karnopp (2004, p. 33) ressaltam que: “pesquisas realizadas com surdos de 17 países demonstram que as línguas de sinais de diferentes países, em geral, não são entendidas por surdos estrangeiros”.

<p><b>MITO 3</b></p>	<p>Haveria uma falha na organização gramatical da língua de sinais, sendo ela um pidgin sem estrutura própria, subordinado e inferior às línguas orais (QUADROS; KARNOPP, 2004).</p>	<p>As línguas de sinais não são simplesmente uma versão manual das línguas orais. Elas são completamente independentes uma da outra e se constituem por meio de uma nova modalidade de língua. (CHAVEIRO [et al.], 2019).</p>
<p><b>MITO 4</b></p>	<p>A língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo estática, expressiva e linguisticamente inferior ao sistema de comunicação oral (QUADROS; KARNOPP, 2004).</p>	<p>Os autores Quadros e Karnopp (2004, p. 35) reforçam a eficiência da língua de sinais da seguinte maneira:  “Adicionalmente, não há limites práticos para a ordem, tipo ou qualidade de uma conversação em sinais, exceto aqueles impostos pela memória, experiência, conhecimento de mundo e inteligência. Em relação a isso, as línguas de sinais não são diferentes das línguas orais”.</p>
<p><b>MITO 5</b></p>	<p>As línguas de sinais derivariam da comunicação gestual espontânea dos ouvintes (QUADROS; KARNOPP, 2004).</p>	<p>A língua de sinais apresenta todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua. Ela tem sua estrutura gramatical própria e é reconhecida linguisticamente como uma nova modalidade da capacidade de linguagem. Sendo assim, seu aprendizado demanda tempo e prática, como em qualquer outra língua. (CHAVEIRO [et al.], 2019).</p>
<p><b>MITO 6</b></p>	<p>As línguas de sinais, por serem organizadas espacialmente, estariam representadas no hemisfério direito do cérebro, uma vez que esse hemisfério é responsável pelo processamento de informação espacial, enquanto que o esquerdo, pela linguagem (QUADROS; KARNOPP, 2004).</p>	<p>A língua de sinais se organiza no cérebro do mesmo modo que a língua falada. Além disso, ela não é simplesmente um conjunto de mímicas e gestos soltos utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. As línguas de sinais têm suas principais estruturas gramaticais. Sendo assim, elas são tão importantes e tão complexas quanto as línguas da modalidade oral. (CHAVEIRO [et al.], 2019).</p>



## DADOS LEGAIS

Há pelo menos cinco dispositivos legais de âmbito federal basilares que dizem respeito diretamente ao surdo: Lei nº10.098/2000 (Lei da Acessibilidade); Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras); Decreto nº5.626/2005; Lei nº 12.319/2010 (Lei do Tradutor-Intérprete de Libras – TILS); e Lei nº 13.146/2016 (Lei Brasileira de Inclusão).

Iniciaremos pela Lei promulgada em 2000, de nº10.098, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000/2013). Ou seja, essa Lei não trata apenas de especificidades relativas às pessoas surdas.

A Lei aponta a necessidade de garantia de acessibilidade comunicacional para o surdo também nos serviços de radiodifusão, não só pela “linguagem de sinais”, mas por outros meios disponíveis, como *closed caption*, que legenda toda informação sonora que passa na TV.

Promulgada em 2002, a Lei nº 10.436 é considerada a maior conquista legal dos surdos brasileiros de todos os tempos. Embora os surdos sempre tenham considerado e usado a Língua Brasileira de Sinais como língua legítima, a população brasileira, em geral, não atribuía relevância a esse esforço. A Lei de Libras, como é conhecida, define o que é a Libras para efeitos legais. Vejamos:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002/2013).

Seguindo essa cronologia, temos o Decreto nº5.626/2005. As Leis nº 10.098/2000 e 10.436/2002 não discorrem extensivamente sobre a acessibilidade do surdo ou sobre a Libras. Ao contrário, ambas somam apenas oito artigos que versam sobre esses temas.

Como qualquer outra lei, elas dão determinações gerais. As orientações sobre como essas determinações serão executadas ficam a cargo de um Decreto, e no caso da Lei da Acessibilidade e da Lei de Libras, um dos dispositivos que detalham sua forma de concretização é o Decreto nº 5.626, do ano de 2005.

Cinco anos após a promulgação do detalhado Decreto nº 5.626, mais uma conquista pôde ser contada pela comunidade surda brasileira: o reconhecimento da profissão do tradutor-intérprete de Libras, conhecido como TILS, em nível federal, por meio da Lei nº 12.319/2010 – Lei do Tradutor-Intérprete de Libras (TILS).

Conforme visto anteriormente, o trabalho desse profissional constitui-se condição para a acessibilidade do surdo, tanto no âmbito educacional (desde o ensino fundamental ao nível superior), quanto nas mais diversificadas instâncias sociais de que o surdo participa.

Por último, tivemos a Lei Brasileira de Inclusão de nº 13.146/2015, assentada na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), autodenominada Estatuto da Pessoa com Deficiência. Nela, são compiladas e organizadas deliberações importantes publicadas esparsamente em várias leis nacionais, criadas sobretudo ao longo dos primeiros anos do século XXI, relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Desse dispositivo, destacamos o capítulo II, que versa sobre “o acesso à informação e à comunicação”, tocando diretamente ao surdo nos aspectos da acessibilidade linguística por meio da inserção da janela de Libras, da legenda oculta, do apoio à adaptação e à produção de artigos acessíveis em Libras e da obrigatoriedade do poder público, de forma direta ou por meio de parcerias, em investir na capacitação de tradutores/intérpretes da Libras e de guias intérpretes.

# ORIENTAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

## Anteriormente às aulas

O professor que atua com alunos surdos precisa ter em mente que este é um sujeito visual, isto é, que a maior parte das informações aprendidas por ele nas aulas acontece por meio da visão. E a aprendizagem visual do surdo é altamente afetada pela forma como se organiza o espaço. Primeiramente, importa que a disposição das pessoas no ambiente de aula permita ao aluno surdo visualizar não apenas o TILS e o professor, mas também os demais discentes. A disposição das carteiras em formato de “U” é um exemplo de como tornar isso possível. No tópico subsequente, falaremos um pouco sobre o posicionamento do TILS em sala.

É interessante finalizarmos essas orientações chamando atenção para o fato de que, na universidade, os surdos não se encontram apenas na sala de aula. Eles circulam por todos os espaços e atividades da instituição, de modo que a acessibilidade deles deve ser garantida também em atividades de pesquisa e extensão. Assim, em todo novo projeto de ensino, pesquisa ou extensão que você, professor, promover, certifique-se de recorrer aos serviços do Comitê de Tradutores e Intérpretes da UFRN. Contate-os ainda no momento da concepção de seus projetos. Assim, você garante não apenas que estejam disponíveis para os eventos que realizará, como pode receber valiosas orientações sobre como promover a acessibilidade do surdo à sua ação em tempo hábil.

O fato de o surdo ser um sujeito visual traz outra implicação importante na condução das aulas: o discente necessita de maior tempo que os demais para fazer anotações e para visualizar alguma imagem para a qual o professor queira chamar a atenção. Isso porque ele divide sua atenção visual entre várias fontes de informação, diferentemente do ouvinte que, ao mesmo tempo, consegue ouvir o que o docente diz e fazer anotações. Para minimizar os efeitos dessa diferença, é interessante que o professor dê pequenos intervalos de tempo entre os assuntos que está abordando, e que se demore um pouco mais que o habitual na apresentação de um slide.

## Em sala de aula

### O tradutor e intérprete de língua de sinais

Sempre que sua turma contar com surdos sinalizadores, ou seja, que se comunicam em Libras, você deverá contar com os serviços de tradução e interpretação do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS), o qual contribuirá não só para a acessibilidade comunicacional de seu aluno, mas para a sua compreensão sobre o que é sinalizado pelo estudante surdo.

Em geral, para a interpretação de aulas, os TILS atuam em duplas para revezamento, do mesmo modo que tradutores de línguas orais. No primeiro dia de trabalho com eles, consulte-os sobre o melhor local para se posicionarem em sala. Eles poderão ficar em pé ou sentados, mas o principal critério de localização sempre será o que favorecer a apreensão de sua sinalização pelo aluno.

Para ter o máximo de seu potencial aproveitado em sala de aula, o TILS necessita da parceria do professor. Nem sempre o profissional tradutor-intérprete tem formação na área da disciplina em que atuará (por exemplo, ainda são escassos TILS com formação na área médica). Assim, a cooperação do docente provendo a esses profissionais materiais de estudo e se colocando à disposição para conversar sobre os conteúdos abordados em sala é primordial.

Outro ponto importante a ser antecipado é que, não raro, pela afinidade linguística existente entre TILS e surdos, esse aluno, e até mesmo o professor, pode colocar sobre o intérprete a responsabilidade pela aprendizagem do discente em questão. Chamamos a atenção para que os papéis não se confundam: o professor deve exercer com o estudante surdo o mesmo papel que desempenha com os ouvintes. A diferença é que sua comunicação com o surdo é mediada pelo TILS.

Nesse sentido, recomendamos que, ao dirigir sua palavra ao surdo, faça isso olhando para ele, e não para o TILS. Trate-o em segunda pessoa, chamando-o pelo nome ou por seu sinal (ex.: Júlio [aluno surdo], você tem alguma dúvida?), sempre direcionando seu olhar para ele. Evite ter o intérprete como a segunda pessoa quando estiver direcionando questionamento, cobrança, instrução ou elogio ao surdo (ex.: Gabriela [TILS], pergunte ao Júlio [aluno surdo] se ele tem alguma dúvida). Tal movimento, ao ser evitado pelo professor, tanto ajuda a manter os papéis quanto estimula o aluno a exercer seu protagonismo em sala de aula. Isso ainda é algo que fundamentalmente se desenvolve no ensino superior, dado o não raro histórico de passividade dos surdos na Educação Básica, ocasionada principalmente pela falta de acessibilidade comunicacional.

## Material didático e referências

É costumeiro, na academia, o uso de apresentações em Power Point ou Prezi, que auxiliam o docente na condução das aulas. Para a produção desses materiais, recomendamos que seja priorizado o uso de templates que permitam a compreensão visual do conteúdo, minimizando-se, portanto, o uso de longos textos em língua portuguesa. Para isso, sugerimos que se lance mão de esquemas, mapas mentais, fluxogramas, gráficos e imagens, por exemplo, que favoreçam a criação de uma memória visual do conteúdo e das relações que seus objetos estabelecem entre si.

Em muitos casos, filmes e outros tipos de vídeo também são bons materiais a serem utilizados com surdos, seja para demonstrar procedimentos ou para motivar as reflexões que serão realizadas ao longo da aula, por exemplo. Nesse caso, é primordial que o vídeo seja acessível ao surdo por meio de legendas (ainda que o áudio do vídeo seja em língua portuguesa, lembre-se de que a legenda é indispensável); ou por meio de janela de Libras (janela posicionada no canto inferior do vídeo em que as informações são veiculadas em Libras); ou pela tradução simultânea do vídeo em sala pelo TILS (para isso, é interessante que o intérprete tenha acesso ao vídeo anteriormente à aula em que será apresentado. Além disso, nesse caso, o áudio do vídeo também deve estar em língua portuguesa).

Quanto aos textos cuja leitura é requisitada à turma para discussão em aula, é possível a sua disponibilização para os discentes em Libras para que sua compreensão seja favorecida. Para isso, recomendamos que o docente contate o Comitê dos Tradutores e Intérpretes de Libras da instituição no semestre anterior ao que a disciplina será ofertada e monte um planejamento para a produção de um repositório da disciplina, no qual constarão os vídeos de textos da área, os quais ficarão arquivados e poderão ser utilizados em ocasiões futuras, ficando disponíveis inclusive para outros professores que o utilizem em sala de aula.

## Avaliações

Certifique-se de ser claro e direto nos comandos das atividades a serem realizadas. Sempre que possível, opte por realizar atividades avaliativas com os alunos surdos análogas às atividades que são realizadas oralmente com os alunos ouvintes: seminários, debates, júris simulados, arguição, comunicação oral/sinalizada... No caso dos surdos, tais gêneros discursivos permitem-lhes a expressão em sua primeira língua, a Libras, que deverá ser traduzida para a língua portuguesa simultaneamente pelo intérprete para toda a turma.

Mas não são apenas gêneros orais que podem ser realizados em Libras pelos surdos. Torna-se cada vez mais comum na academia a produção em língua de sinais de gêneros discursivos tradicionalmente escritos (artigo, resenha, resumo, projeto, TCC, dissertações, teses...). Tais "textos" sinalizados são entregues ao professor em vídeo (por pen drive, DVD, link do YouTube, etc.). O Brasil já dispõe de Normas Técnicas específicas para isso (disponíveis em <http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/normas-de-publicacao/>).

Tendo sido entregue a atividade pelo aluno, os TILS da instituição entram em ação para traduzir o conteúdo para a Língua Portuguesa. Tal trabalho pode ser feito presencialmente – professor e TILS assistem à atividade juntos, de modo que o TILS faz a tradução simultânea para o docente – ou a distância – o professor encaminha o vídeo da atividade para o TILS, que o traduzirá para a Língua Portuguesa escrita e encaminhará o documento para o professor. Nesse último caso, mais tempo é demandado. O e-mail do Comitê de Tradutores e Intérpretes de língua de sinais e língua portuguesa da UFRN é: [coordtils@gmail.com](mailto:coordtils@gmail.com).

Quando a natureza do conteúdo estudado demanda que as atividades avaliativas sejam realizadas em Língua Portuguesa escrita, impreterivelmente, então a correção do texto deve ser flexibilizada, priorizando aspectos semânticos do texto em detrimento dos aspectos gramaticais e ortográficos, conforme explicita a Recomendação n.01/2010 do CONADE, a seguir: (disponível em <http://edmarciuscarvalho.blogspot.com/2010/08/pessoas-surdas-conade-edita.html>):

Deve-se considerar que a pessoa surda educada na língua de sinais, necessariamente sofrerá influências desta na sua produção escrita, tornando necessário o estabelecimento de critérios diferenciados de correção de provas discursivas e de redações, a fim de proporcionar tratamento isonômico aos candidatos surdos. Nesse sentido, deverão ser instituídos critérios que valorizem o aspecto semântico (CONTEÚDO) e sintático em detrimento do aspecto estrutural (FORMA) da linguagem, fazendo-se a distinção entre “conhecimento” e “desempenho linguístico”.

# INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS NA UFRN

## **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE**

Site: <http://www.proae.ufrn.br/>

## **Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Ações de Permanência – CAPAP:**

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;

Telefone: (84) 3215-3309 / 3312

## **Coordenadoria de Atenção à Saúde do Estudante – CASE:**

Localização: Central de Atendimento ao Discente – CADIS - Campus Central da UFRN;

Telefone: (84) 3342-2278 – Ramal: 7

## **Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educativas Especiais - CAENE**

Localização: Centro de Convivência Djalma Marinho

Telefones: (84) 3342-2232 / (84) 99480-6834

E-mail: [inclusao@reitoria.ufrn.br](mailto:inclusao@reitoria.ufrn.br)

Site: [www.caene.ufrn.br](http://www.caene.ufrn.br)

## **Núcleo de Apoio ao Discente – NADIS - CCSA**

Localização: Campus Central da UFRN - NEPSA I

Telefone: (84) 3342-2288 – Ramal: 110 / (84) 99474-6756

E-mail: [nadisccsa@gmail.com](mailto:nadisccsa@gmail.com)

### **Central de Atendimento ao Discente - CADIS (Relógio do Sol)**

Localização: Campus Central da UFRN - Relógio do Sol

Telefone: (84) 3342-2278 - Ramal: 6

e-mail: assuntos\_estudantis@reitoria.ufrn.br

### **Curso de Licenciatura em Letras-Libras/LP**

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA)

E-mail: coordletras.cchla@gmail.com

Telefone: (84) 3342-2220 – Ramal:2

### **Comitê dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa da UFRN**

Localização: Campus Central da UFRN – Departamento de Letras UFRN

E-mail: coordtils@gmail.com/ secletras@cchla.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2220 - Ramais: 200 e 201 / 9474-6717

### **Laboratório de Tecnologia Educacional do Centro de Educação UFRN**

Localização: Campus Central da UFRN – Centro de Educação

E-mail: lte@ce.ufrn.br

Telefone: (84) 3342-2270

Site: <http://lte.ce.ufrn.br/>



### **Laboratório de Acessibilidade da BCZM**

Localização: Biblioteca Central Zila Mamede

Telefone: (84) 3342-2260 (opção 4 + opção 6)

E-mail: l.acessibilidade@gmail.com

Site: <https://laccessibilidade.bczm.ufrn.br/>

### **Serviço de Psicologia Aplicada – SEPA**

Localização: Campus Central da UFRN

Telefone: (84) 3342-2234

Site: <https://ufrnsepa.wordpress.com/>

## LINKS ÚTEIS

### **Associação dos Surdos de Natal – ASNAT:**

<http://www.asnat.org.br/>

### **Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos – FENEIS:**

<http://www.feneis.com.br>

### **Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES:**

<http://www.ines.gov.br>

### **Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais e Língua Portuguesa – FEBRAPILS:**

<https://www.facebook.com/apilrn.interpretesdeLibras>

### **Dicionário online: Acesso Brasil: dicionário de Libras online com diversas possibilidades de busca.**

<http://www.acessobrasil.org.br/Libras/>

### **Editora Arara Azul: contém diversas obras em Libras e em Língua Portuguesa sobre a surdez e sobre a Língua Brasileira de Sinais.**

<http://editora-arara-azul.com.br/portal/>

### **Há uma seção no site do MEC com diversas publicações sobre educação de Surdos e outros temas – MEC:**

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_)

## REFERÊNCIAS

BISOL, C. A.; VALENTINI, C. B. Desafios da inclusão: uma proposta para a qualificação de docentes no Ensino Superior via tecnologias digitais. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2012

BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Vol. 26, n. 1, p. 7-13, Jan-Mar 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a02v26n1.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2019.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. MEC/SECADI. NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category\\_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 09 mar. 2019

PAIVA, Gisele Oliveira da Silva. **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão no curso de letras libras/ língua portuguesa da UFRN**. 2017. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F.; ANDRADE, J. M. B. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 121-126, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Coutrix. 1995.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D; MAURICIO, A. L. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2013. v.1, v.2.

QUADROS, Ronice (Org.). **Estudos Surdos**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

OLIVEIRA, Laralis Nunes de Sousa; SILVA, Gisele Oliveira da. **Atualidade da Educação de Surdos no Brasil**: aula 3. Natal: IFRN, 2013.

BRASIL. LEI 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015.



# FICHA TÉCNICA

---

---

Projeto	Edital N° 02/2018 – Projeto de Apoio à Melhoria na Qualidade do Ensino de Graduação (PAMQEG)
Recursos	Fundo Acadêmico de Ensino de Graduação
Pró-reitora de Graduação	Maria das Vitórias Vieira Almeida de Sá
Título	INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Autoras	Gisele Oliveira da Silva Paiva Laralis Nunes de Sousa Oliveira
Coordenação editorial	Sarah Lima
Revisão de Língua Portuguesa e de Estrutura	Jéssica Santos de Oliveira
Capa, Projeto gráfico e Diagramação	Amanda Marques
Formato	E-book PDF
Tipologia	Montserrat e Avenir
Local e data	Natal (RN), 2019



Depsi

